

Do “Para inglês ver” ao “Para brasileiro entender”: escrevendo o socio-texto homo-erótico brasileiro

A Roberto Reis, in memoriam

Começamos com uma declaração fundamental, que norteará este trabalho: o Brasil é o único país da América Latina com uma tradição coerente de teorização sobre a sexualidade. De fato, o Brasil pode contar, bibliograficamente falando, com os primeiros textos sobre a homossexualidade: *O Bom-Crioulo* (1895) de Adolfo Caminha e *O cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo. É verdade que o romance de Caminha utiliza a figura do homossexual como eixo de várias linhas de força do poder, poder étnico, racial, social e sexual: se bem que Caminha não se interesse numa defesa do homossexual (antes tende a lamentar a situação do marginalizado), acaba fornecendo o primeiro retrato do novo fenômeno constituído pelo discurso juridico-médico da época. No caso de *O cortiço*, o enredo em torno de Pombinha, embora ocupe apenas um fragmento deste romance naturalista, desempenha um papel crucial pois, em certa medida, constitui o ponto de contato entre o nacional e o estrangeiro. Além disso, a experiência da jovem com a cortesã libidinosa e lésbica provoca a maturidade menstrual da moça, possibilitando assim que passe a ocupar seu lugar produtivo no esquema social. Estes dois textos estabelecem uma tradição, não só em termos do tratamento mais ou menos explícito da sexualidade na literatura brasileira, mas também da homossexualidade muito antes da temática

se tornar comum, nos últimos vinte anos, na literatura latinoamericana. Parker, em seu estudo *Bodies, Pleasures, and Passions*, ao detalhar o desenvolvimento da ideologia da higiene sexual no Brasil, mostra como falar do sexo queria dizer basicamente falar da necessidade do seu controle no âmbito da administração da sociedade moderna. Neste sentido, seria impossível encontrar na bibliografia oitocentista análises que propiciassem qualquer dimensão de “liberação sexual”, sendo estas obras, na sua maioria, dignos exemplos—e, no seu momento, influentes—da tecnologia do sexo e do corpo.

Peter Fry, na coletânea de ensaios intitulada *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*, estabelece dois princípios para a pesquisa sobre o tema: 1) a(s) ideologia(s) sexual(is) no Brasil nada têm a ver com o aberto erotismo que as interpretações paradigmáticas—especialmente as do turismo estrangeiro—pretendiam fornecer, nem se vinculam às versões da cultura popular que se prestam a rápidas imagens de carnalidade libidinoso; 2) o discurso oficial do sexo no Brasil tem como agenda fundamental apresentar um conceito “civilizado” do país, no qual as possíveis fontes de libidinosidade desaparecem, sanitizam-se ou ficam circunscritas (ademais de serem entendidas sobretudo em termos oposicionais perante critérios europeus e ocidentais) à cultura indígena, à cultura negra, à cultura imigrante e em toda cultura que seja um amálgama de qualquer elemento não-“branco”. Aliás, a cultura “branca” se normaliza e fica regulada de maneira a proporcionar uma sólida base de decência, adequada, como que “para inglês ver”. Se é necessário fornecer ao o inglês (aqui entendido na acepção de um observador externo, provavelmente um estrangeiro) certa imagem social de uma sexualidade higiênica, ativamente cultivada, é também rigorosamente preciso oferecer à contemplação do olhar de quem está

fora uma vigorosa depuração de quaisquer elementos em dissonância com tal imagem social. Este duplo processo embutido no projeto oficial no que diz respeito ao sexo—depuração e culto—constitui o núcleo gerador de estruturas ainda muito resistentes à mudança no Brasil, e cujo reforço funcionou, efetivamente, como uma dimensão importante do golpe militar do 64. Para consolidar este discurso hegemônico, Fry alude à premissa, na história institucional do Brasil, da medicina e da psicologia; seu intento vem a ser, no fundo, uma recodificação destes dados, lançando mão, agora, de uma teorização pelo viés da antropologia social. Por exemplo, a antropólogo abre o capítulo “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil” com a seguinte colocação:

Este ensaio constitui uma contribuição à sociologia do conhecimento: o conhecimento da sexualidade masculina no Brasil. Seu pressuposto é que a sexualidade, como tudo que é em princípio natural, é limitada e controlada através de conceitos e categorias construídas historicamente. Pretendo investigar a construção das categorias sociais que dizem respeito à sexualidade masculina no Brasil, numa tentativa de desfocar a discussão da sexualidade do campo da medicina e da psicologia para colocá-la firmemente no campo da antropologia social. (87)

Se deixarmos de lado, por ora, um necessário questionamento sobre os pressupostos teóricos da antropologia social, é evidente que as propostas de Fry funcionam aqui para fomentar várias redefinições: 1) há fluidez na conjugação da homossexualidade e da sexualidade

masculina: não serão a mesma coisa, mas também não parecem ocupar, digamos, categorias rigidamente distributivas; 2) trata-se do “conhecimento”, entendido implicitamente em contraposição com a “ideologia” subjacente ao processo dinâmico anteriormente descrito; 3) ao mesmo tempo que o teórico estará revisando a construção do discurso sexual oficial e pormenorizando a tecnologia detonada pelos campos da medicina e da psicologia, ele fica, por outra parte, compelido a dar conta das dimensões do texto social que tradicionalmente caíam fora desse discurso, entre os quais figurariam os temas da sexualidade entre os grupos subalternos convocados nas referências explícitas, nos parágrafos que seguem ao citado, às pesquisas sobre os cultos afro-brasileiros; 4) o título mesmo do ensaio refere-se a um programa social além do estritamente sexual, qual seja o tópico da relação entre hierarquia e igualdade (ou de como o discurso oficial da sexualidade engendra uma hierarquia que afeta todas as esferas da estrutura social), além de sugerir que uma consideração sobre a igualdade sexual não pode deixar de provocar uma reestruturação das relações sociais. A ironia do título geral das investigações de Peter Fry deriva da confrontação entre o projeto do antropólogo—descrever a ideologia hegemônica da sexualidade brasileira e analisar os vastos fenômenos na vida atual que excluem essa ideologia—e a conseqüência, para o saber cultural, das distâncias que se estabelecem entre ambos os projetos:

Emfim, fui levado a chegar além do candomblé para inglês (ou francês, no caso) ver. E vi o que não queria ver. Em vez de união e confiança mútua, vi desunião e desconfiança. Em vez de um povo unido contra o que considerava seus opressores, vi um povo jogando o mesmo jogo desses opressores. Mas como

poderia ser diferente? Seguramente o tipo de ditadura que se desenvolveu no Brasil não surgiu num vácuo cultural. Fui levado a pensar que o autoritarismo e a prepotência dos governantes estavam sendo construídos com tijolos culturais já moldados. (14)

A solitária tarefa do antropólogo que escreve ainda nos resquícios do contexto da ditadura trata-se de muito mais do que simplesmente revisar ou ampliar o expediente científico.

Luiz Mott tem participado ativamente do Grupo Gay da Bahia. Este grupo é, possivelmente, o primeiro movimento homossexual da América Latina organizado com propósitos coerentes; dotado de um programa de intervenção em múltiplos níveis (acadêmico, cultural, social), o grupo sem dúvida possui uma enorme visibilidade. Mott tem três estudos de capital importância para a pesquisa da sexualidade no Brasil: *O lesbianismo no Brasil* (1987), *Escravidão, homossexualidade e demonologia* (1988), e *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição* (1988). No seu conjunto, estes estudos constituem um programa intelectualmente unificado, cujo sentido essencial se marca na exposição do terceiro deles:

Quando possível avançaremos hipóteses sobre a extensão numérica e/ou geográfica de [dos] comportamentos [sexuais], embora nosso escopo seja mais humilde: mostrar sem intenções generalizantes, que a imaginação lúbrica dos escravos e seus descendentes foi muito mais variada, rica e libidinosa do que os historiadores tradicionais se permitiram imaginar. (19)

Esta observação não deixa de ser sumamente curiosa pois—como marca Fry, e como fica insinuado em Mott—o discurso oficial sobre a sexualidade dos escravos, assim como no caso de outros grupos marginais, enfatiza (se é que não inventa) comportamentos julgados indiciais de inferioridade racial e de bestialidade ameaçante, ao menos tempo que tende a ignorar dados inconvenientes para a construção ideológica e a contemplação de leitores decentes:

Percorrendo as intimidades eróticas e as práticas sexuais dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista, além da constatação de que mesmo cativos, o sexo e a sexualidade representam um domínio privado que *difícilmente os senhores conseguiam controlar*, não obstante, a análise de tais comportamentos obriga-nos a dar razão ao ensinamento antropológico quando postula ser o erotismo conduta fundamentalmente cultural, inexistindo portanto uma “moral natural”, *cabendo-nos a tarefa primordial de desmascarar e denunciar quaisquer dogmatismos sexológicos*, seja do cristianismo, do islamismo ou dos orixás, que desrespeitem o direito fundamental de todo ser humano, de com liberdade mútua, fazer do sexo fonte de prazer e amor, e não de opressão. (74; grifos meus)

Com o propósito de efetuar um meta-comentário à agenda de Mott, gostaria de destacar duas observações na passagem citada: 1) ao contrário da antropologia científica de Fry, Mott tem um compromisso claro com a concientização libertária, o qual obrigaria a uma análise das implicações ideológicas que se desprendem do trecho “desmascarar e denunciar quaisquer dogmatismos sexológicos”; 2) a reunião de virgens, gays e

escravos num mesmo estudo, se bem que estes temas sejam enfocados em estudos individuais, implica uma articulação nuclear que sustente os três. Em termos da exposição, as conexões passam pelo duplo discurso das ênfases em oposição aos silêncios dos “dogmatismos sexológicos”, os quais fundamentam a perseguição e o controle dos três grupos. Estes se convertem em paradigmas generalizantes de comportamentos mais específicos, com base em identidades processadas através de fenômenos sexuais, por imaginários que possam ser estes processos no que tange aos dados históricos. Virgens, gays e escravos pertenceriam a esferas sociais diferentes, mas o discurso oficial do sexo os inclui em formas homológicas que permitem o seu tratamento em conjunto neste estudo. Em *Escravidão, homossexualidade e demonologia* é possível identificar a mesma racionalidade para aglutinar diversas pesquisas.

O lesbianismo no Brasil teria que ser o estudo mais notório de Mott, por ser a única monografia dedicada ao tema na América Latina. Os escritos sobre a experiência do lesbianismo—seja em termos de análise científica, seja em termos de criação cultural—constituem ainda um campo bastante reduzido. A única exceção, na forma de uma produção contínua, tanto em termos de postulações teóricas como em termos de textos poéticos e narrativos, encontra-se entre as escritoras chicanas. Com efeito, existe uma considerável bibliografia que explora algumas idéias fundamentais sobre o papel da mulher lésbica dentro do feminismo chicano, o qual é ainda mais notável quando se observa o alcance sempre circunscrito da produção dos gays chicanos. De todas as maneiras, Mott aprofunda nas dimensões socio-históricas no Brasil, com um registro de fontes primárias e secundárias impressionante, fornecendo assim um trabalho que poderia servir de modelo para

outras sociedades americanas.

Se Fry utiliza basicamente um critério da antropologia profissional e Mott o do compromisso ativista, partindo de princípios da sociologia analítica, Glauco Mattoso perfila-se como uma voz essencialmente poética na radiografia da sexualidade brasileira. Autor de uma vasta bibliografia de escritos poéticos e narrativos, Glauco colaborou com a publicação de duas revistas cruciais na promulgação da cultura gay no Brasil, *Lampião* e *Revista dedo mingo; jornal dobrabil*, da década do 70 e do 80, respectivamente. Já escrevi em outro estudo sobre um dos textos-chaves de Mattoso, *Manual do pedólatra amador; aventuras & leituras de um tarado por pés* (1986; veja-se a versão em quadrinhos, *As aventuras de Glaucomix o pedólatra*; 1990). Naquela oportunidade, meu interesse era sublinhar como este texto—uma mistura de informação erudita que provém da formação do autor como bibliotecário profissional e de especulações desenfreadas sobre os impulsos eróticos—constitui o único tipo de discurso que dissecava uma tecnologia do saber sexual numa sociedade como a brasileira: a necessidade de evitar reproduzir os conhecimentos científicos das sumidades estrangeiras (os dogmatismos sexológicos, de que fala Mott), permite as divagações sem fronteiras, resultando neste caso, numa proposta que ressalta as vantagens de ser um “tarado por pés”, um adepto do sexo sujo, interessado literalmente no chulé. É importante frisar que tal estratégia erótica permite transar numa boa sem o risco de contrair AIDS: este manual de um poeta nacional legítima—“terapeuticamente”, por assim dizer—a liberação da praga internacional. A sexologia do primeiro mundo (ponto de refutação tanto em Fry como em Mott) e a AIDS não pertencem, é óbvio, às mesmas esferas significantes, mas o repúdio de uma atinge claramente a outra no denso panorama do desejo que Mattoso esboça

no seu livro, cuja linguagem e cujas ilustrações (acrescentadas na versão em quadrinhos) evidentemente não são para inglês ver.

Gostaria finalizar com uma alusão a outro texto de Mattoso, tão ausente como o *Manual* nas bibliotecas dos Estados Unidos. Refiro-me a *O calvário dos carecas; história do trote estudantil* (1985), que parece ser apenas uma recompilação de material sobre o ritual sádico entre os grupos de estudantes brasileiros (quando veteranos "iniciam" os calouros, via de regra raspando-lhe a cabeça). O livro enverea da ainda pelas conexões do trote com instituições similares européias e suas coincidências norte-americanas, com o objetivo de proporcionar imagens mórbidas sobre costumes e práticas que alguns considerariam bárbaros e outros, contudo, julgariam necessários para a consolidação do grupo. Mas Glauco pretende analisar o vínculo de tais fenômenos com o exercício do poder—e, bem mais importante, com a reprodução do poder na sua transmissão de uma turma, de uma geração à outra. Ainda mais, o livro examina como esta estrutura do poder se fundamenta no imperativo da violência e da humilhação para alcançar a inscrição do noviço como aspirante ao poder, já que estas práticas têm como característica um sadismo cujo conteúdo homo-erótico fica reprimido ao mesmo tempo em que se impõe como instrumento principal do processo de iniciação. Não diferindo substancialmente do método que identificamos em Fry e Mott, Mattoso vê na coincidência de fenômenos localizados nas sociedades brasileira, alemã e norte-americana um padrão que se repete, por meio do qual o poder se fundamenta na violência e na humilhação. Estas, presentes em vastos setores da sociedade brasileira, compõem a base daquele poder considerado legítimo, particularmente em sua versão militar, em que se consuma o paradigma do grupo fechado e ritualizado. Por este motivo, não era

mero acaso que *Calvário* só tenha sido publicado em outubro de 1985, poucos meses depois da transição da ditadura militar à democracia civil.

Os textos destes três pesquisadores—o antropólogo, o sociólogo e o poeta-bibliotecário—fornecem interpretações da sexualidade (e, em grande medida, da homossexualidade) no Brasil que se distanciam muito do critério da decência nacional: decência que deveria disciplinar o comportamento sexual dos indivíduos. Ninguém seria ingênuo de acreditar que as versões descritas neste pequeno ensaio constituem a “verdade” da(s) ideologia(s) sexuais no Brasil: elas são, ao invés, outras ideologias que reclamam o mesmo meta-comentário a que elas submeteram textos anteriores. Entretanto, o que é indubitável no três casos é que, diante dos dados sobre a materialidade da sexualidade brasileira o inglês—seja o observador interno, seja o observador externo—não pode deixar de ficar apavorado com o que estes tratados expõem para ele ver.

—David William Foster
Arizona State University

Obras Citadas

Foster, David William. “Some Proposals for the Study of Latin American Gay Culture.” 25-71. *Cultural Diversity in Latin American Culture*. Albuquerque: Uof New Mexico P, 1994.

Fry, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

———, e Peter MacRae. *O que é homossexualidade*. 7a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Mattoso, Glauco. *Manual do pedólatra amador; aventuras & leituras de um tarado por pés*. São Paulo: Expressão, 1986.

———, e Marcatti. *As aventuras de Galucomix o pedólatra*. São Paulo: Quadrinhos Abriu; Quadrinhos Fechou, 1990.

Mott, Luiz. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.

———. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

———. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988.

Parker, Richard G. *Bodies, Pleasures, and Passions; Sexual Culture in Contemporary Brazil*. Boston: Beacon, 1990.